

4.

Volta à Idade Moderna: os românticos alemães e algumas de suas relevantes reflexões acerca da atividade tradutória

Os gregos são imprescindíveis para nós.

(Hölderlin, 1801. Tradução de Márcia Sá Cavalcanti Schuback)

No presente capítulo volto ao final da Idade Moderna, período ao qual procuro dar ênfase nesta dissertação, dado que no seu transcorrer deu-se não somente a germinação dos princípios que regem o direito de autor até os dias de hoje, como também a germinação da concepção culturalista de língua, ainda prevalente nos estudos linguísticos.

No capítulo dois desta dissertação vimos que, pela forte influência de fatos políticos e culturais desencadeados no final da Idade Moderna, associados aos ideários iluministas e românticos, a tradução de obras literárias, artísticas e científicas passou a figurar nas leis do século XIX como obra de autor, que, embora vinculada a uma obra original, aparecia subentendida como “reprodução” (reescrita) que transformava a obra original. No capítulo dois, portanto, vislumbramos a tradução como obra ou “reprodução” (reescrita) transformadora sob o ponto de vista da lei.

No capítulo três, vimos que no final da Idade Moderna tomou corpo entre os estudiosos da linguagem uma concepção culturalista de língua que trazia embutida a compreensão de que a tradução só poderia ocorrer mediante “manejos formais e semânticos” realizados entre línguas não equivalentes. Nesse capítulo, portanto, vislumbramos a tradução como atividade de mediação transformadora sob o ponto de vista linguístico. O propósito desse capítulo era justamente o de encontrar fundamentos nos estudos linguísticos para aqueles conceitos expressos em lei.

Neste capítulo quatro, pretendo ratificar a fundamentação teórica esboçada no capítulo três, a qual se restringiu mais particularmente ao campo linguístico — ainda que vinculado ao contexto mais amplo da filosofia —, com reflexões ou teorizações acerca da prática tradutória produzidas por intelectuais do movimento romântico alemão, os quais, vale relembrar, vivenciaram a transição entre os séculos XVIII e XIX.

Essas reflexões encontram-se mais particularmente inseridas no campo dos Estudos da Tradução.

Baseando-me na obra *Clássicos da teoria da tradução* (2010), veremos como Goethe, Humboldt e Schleiermacher, por exemplo, que se aventuraram no terreno da tradução, lidaram com as questões tratadas nesta dissertação: a diferença entre as línguas, a relação entre obra original e tradução, a “expectativa” do tradutor.

Em primeiro lugar citarei Goethe, devido à sua importância literária. Em segundo lugar citarei Humboldt, a fim de verificar se as suas reflexões acerca da tradução refletem a sua teoria linguística, já abordada no capítulo anterior (3.2). Em terceiro lugar, citarei Schleiermacher, já bastante conhecido no campo da tradução, em virtude de suas visões de língua e de tradução, as quais, embora formuladas no século XVIII, mostram-se em fina sintonia com as teorias mais contemporâneas acerca das mesmas.

Vale sublinhar, tal como afirma o próprio Schleiermacher, que os alemães foram intensos tradutores, visando ao aprimoramento e enriquecimento da sua cultura e da sua língua.

Goethe (1749-1832)

Em três pequenos textos encontram-se algumas reflexões de Goethe a respeito do traduzir. No primeiro deles, Goethe argumenta que determinadas obras poéticas deveriam ser traduzidas em prosa, principalmente aquelas obras dirigidas à “formação juvenil”. Goethe traz à baila o dilema existente, em toda tradução de poesia, entre o sacrifício da forma e o sacrifício do significado, e confessa optar pelo sacrifício da forma. Escreve:

Aprecio o ritmo, bem como a rima, por meio dos quais a poesia se torna poesia, mas verdadeiramente profundo e eficaz, realmente formador e promovedor é o que resta do poeta quando este é traduzido em prosa. [...] uma forma deslumbrante frequentemente sabe simular o conteúdo quando ele inexistente, e, quando está presente, encobre. (*apud* Heiderman, 2010: 29. Tradução de Rosvitha Friesen Blume)

Estendendo sua argumentação, Goethe se diz a favor de uma iniciação à obra de Homero por meio de sua tradução em prosa. Tece, além disso, elogios à tradução da Bíblia feita por Lutero, a qual, a seu ver, evitou com sabedoria “imitar em detalhes as singularidades do original” transformando-a em um texto agradável de ler, popular. Com tais comentários Goethe não só toca na questão central da atividade tradutória, a da relação entre forma e conteúdo — atento às transformações e eventuais perdas

ocasionadas pela tradução —, como parece dar preferência às estratégias mais domesticadoras, tema que aborda nos textos seguintes.

No segundo texto, Goethe cita duas máximas existentes na tradução: a de “adaptar” o autor estrangeiro à cultura de chegada e a de levar o leitor doméstico ao conhecimento do autor estrangeiro. Goethe diz conhecer traduções exemplares baseadas em ambas as estratégias tradutórias e confessa ser um tradutor que busca conciliá-las, dando preferência, quando necessário, à primeira delas, isto é, àquela que adapta o texto estrangeiro à cultura de chegada, que o domestica (*ibidem*, p. 31).

No terceiro texto, Goethe afirma haver três espécies de tradução. A primeira espécie seria aquela que apresenta o autor estrangeiro à maneira da cultura de chegada. Ao exemplificá-la, cita novamente as traduções em prosa de obras originalmente poéticas, bem como a tradução da Bíblia feita por Lutero, nas quais se vê uma supressão das particularidades do original, ocasionando inclusive uma visível distinção entre a obra original e a tradução. Em sua opinião, esta espécie de tradução não só privilegiaria o conteúdo das obras, como facilitaria a sua apreensão pelo público.

A segunda espécie de tradução seria aquela que se apresenta como paródia (imitação livre). Para Goethe, esta seria uma maneira de se “apropriar” do estrangeiro, tal como faziam os franceses com determinadas obras poéticas.

A terceira espécie de tradução seria aquela que procura se tornar idêntica ao original, “não do modo que um deva vigorar ao invés do outro, mas no lugar do outro” (2010, p. 33). Goethe dá a entender que esta seria a espécie de tradução mais preocupada em ser fiel à obra original, na forma e no conteúdo, e afirma:

Pois o tradutor que se une firmemente ao seu original abandona, de uma forma ou de outra, a originalidade de sua nação e, assim, surge um terceiro para o qual o gosto da multidão ainda deve se formar. (*ibidem*)

Para exemplificar, cita as traduções de Voss, as quais teriam apresentado grandes autores (Shakespeare, por exemplo) “como estrangeiros transformados em alemães” (*ibidem*). Esta ideia, aliás, de que a tradução poderia ser uma espécie de reescrita da obra estrangeira “como se o autor da obra estivesse escrevendo originalmente na língua de chegada”, parecia de fato circular entre as reflexões dos intelectuais aqui abordados, seja para contestá-la ou para acolhê-la, como veremos nos escritos de Humboldt e de Schleiermacher.

Em resumo, poder-se-ia dizer que Goethe, inicialmente, reflete sobre duas estratégias de tradução: as contemporaneamente denominadas domesticadora e estrangeirizadora. Em seguida, reflete sobre três possíveis formas de traduzir: 1) uma que se desprende da materialidade (forma) da obra original e *prende-se ao seu conteúdo* (a este sendo fiel), transmitindo-o de modo a agradar ao público leitor da cultura de chegada; 2) uma que se *apropria livremente* do estrangeiro como se este fosse produzido pela própria cultura de chegada; 3) e outra que *tenta ser fiel ao máximo* à obra estrangeira, tanto na forma quanto no conteúdo, resultando na apresentação do texto estrangeiro como se ele tivesse sido escrito na língua de chegada.

As reflexões de Goethe são interessantes porque podem nos levar a pensar sobre duas questões: em primeiro lugar, a de que toda tradução, por mais fiel que tente ser ao autor estrangeiro, envolve um grau necessário de domesticação, a qual consiste na acomodação do texto original à língua de chegada (portanto, até mesmo na estratégia estrangeirizadora haveria certa domesticação); em segundo lugar, a de que toda tradução — por lidar com diferenças permanentes e, por essa razão, não conseguir alcançar a totalidade daquilo que tenta reproduzir — baseia-se em escolhas, sejam elas do sujeito que traduz ou da própria cultura que traduz. Por isso, a tradução se revela como uma espécie de reescrita multifacetada (daí as diferentes espécies de tradução). Abrindo um parêntese, isso talvez nos ajude a compreender por que as leis autorais sempre mantiveram aberta a possibilidade de se fazer mais de uma tradução de uma mesma obra original.

Vejam agora como Humboldt, um estudioso das línguas, lidou com o traduzir.

Humboldt (1767-1835)

Tradutor de *Agamêmon*, de Ésquilo, Humboldt introduz esta obra fazendo menção à sua natureza singular, à intraduzibilidade de seus versos e, indiretamente, às obras de grande originalidade. Logo de início, afirma:

Análise e experiência confirmam aquilo que já se observou mais de uma vez: que, abstraindo das expressões que designam apenas objetos físicos, nenhuma palavra de uma língua é perfeitamente igual a de uma outra. Diferentes línguas são, deste ponto de vista, somente outras tantas sinonímias: cada uma delas exprime o conceito de modo um pouco diferente, com esta ou aquela determinação secundária, um degrau mais alto ou mais baixo na escala das sensações. (Humboldt *apud* Heiderman, 2010: 105. Tradução de Susana Kampff Lages)

Ao discorrer sobre “a diferença de valor” em conceitos aparentemente similares pertencentes a duas línguas diferentes, ele continua:

[...] e se compararmos as melhores, as mais cuidadosas e mais fiéis traduções, admiramos de encontrar *diversidade* lá onde se pensava obter apenas o *igual* e o uniforme. Pode-se até mesmo afirmar que uma tradução se torna tanto mais desviante quanto maior o seu esforço para alcançar fidelidade. Pois ela tenta imitar também particularidades sutis, evitando o que é meramente *geral*, sendo capaz apenas de contrapor a cada *particularidade* uma particularidade diversa. (*idem, ibidem*, p. 107; grifos meus)

A partir desse ponto Humboldt começa a refletir sobre a ideia de fidelidade na diferença. Para ele a tradução teria como finalidade “adquirir para a língua e para o espírito da nação aquilo que ela não possui ou que possui de modo diverso” (*ibidem*: 109), e, para tanto, o recomendável seria buscar uma fidelidade ao original que não apagassem o que nele há de estranho (para a cultura de chegada).

Humboldt, nesse ponto, diferencia o estranho contido no original (aquilo que é estranho à cultura de chegada), que deveria ser preservado, da estranheza provocada por uma má tradução, que deveria ser evitada. Para ele, *o tradutor deveria estar à altura do original a ser traduzido*, justamente para se evitar uma tradução com estranhezas (*ibidem*, p. 111). Mas no que tange ao estranho contido no original estrangeiro, este deveria ser preservado para que a cultura de chegada pudesse se enriquecer com novas formas de expressão, de pensamento etc. proporcionadas pelo contato com o estrangeiro. Nesse sentido, Humboldt faz uma crítica às traduções francesas, sugerindo que o hábito francês de retirar o estranho do texto impedia “que o espírito antigo” fosse absorvido por aquela nação. A fidelidade, para Humboldt, devia ser construída de modo a apreender o “verdadeiro caráter do original”, buscando aquilo que está “simples e diretamente no texto” (*ibidem*, p. 111-13) — evitando, por exemplo, substituir particularidades do original por ornamentações estranhas e desviantes ou evitando fazer intervenções para clarificar aquilo que no próprio texto original é obscuro.

Ao comentar a sua própria tradução revisada por um professor (Herrmann), Humboldt manifesta a inevitabilidade das transformações semânticas e formais que ocorrem na tradução:

As modificações do texto que se referem ao sentido foram brevemente indicadas nas notas pelo próprio professor Herrmann; aquelas que se referem à métrica são evidenciadas pela comparação entre a tradução e as edições anteriores. (*ibidem*, p.113)

Ainda sobre a relação entre o significado e a forma, entre o conteúdo (as ideias) e a materialidade do discurso, Humboldt faz referência à sua assunção, vista no capítulo anterior, de que as estruturas linguísticas representariam um certo estágio intelectual das nações:

Na avaliação de línguas e nações, deu-se muito pouca atenção aos elementos por assim dizer mortos, à declamação externa; pensa-se que tudo está sempre no espiritual. Não é este o momento de expor isso em detalhe; mas a mim sempre pareceu que sobretudo o modo como na língua as letras se combinam em sílabas, as sílabas em palavras, e como essas palavras estão no discurso [...] defin[e] ou caracteriz[a] o destino intelectual das nações [...]. (*ibidem*, p. 117)

Quanto à relação entre o texto original e as suas possíveis traduções, Humboldt ainda sublinha a necessidade de se lidar com rigor com o manuscrito original, no sentido de se checar a sua fonte e a sua legitimidade. Diz ele:

A edição de um escritor antigo consiste na remissão a um documento, se não em sua forma verdadeira e original, ao menos à fonte que é a última a nós acessível. Ela deve, portanto, ser empreendida com rigor histórico e escrupulosamente, com toda a bagagem de erudição a ela subjacente, e sobretudo com uma coerência permanente, devendo fluir de uma só mente. (*ibidem*, p.115)

No final de sua introdução a *Agamênon*, Humboldt ressalta a existência de diferentes traduções de um mesmo texto original, as quais, para ele, podem contribuir para uma melhor apreensão do original, a partir de suas diversas representações. Diz ele:

São, pois, outras tantas imagens do mesmo espírito, cada qual reproduzindo aquilo que foi capaz de conceber e de representar: mas o verdadeiro espírito repousa somente no original. (*ibidem*, 117)

De acordo com Frota (em comentário oral), essa citação é particularmente interessante porque ao mesmo tempo em que se reconhecem as particularidades ou singularidades de cada leitura, de cada tradução, aspecto forte tanto do pensamento moderno quanto do pós-moderno, ela atribui um “verdadeiro espírito” ao original. Verdadeiro, acrescento, no sentido de ser aquele primeiro objeto, único, inapreensível em sua completude (Frota, 2000: 170).

Como vemos, a reflexão de Humboldt acerca da sua própria tradução é extremamente coerente com a sua concepção culturalista de língua, já vista no capítulo anterior. Seus comentários mostram-se impregnados da sua teoria linguística, bem como das concepções românticas acerca da relação entre autoria original e tradução.

Para finalizar, destaco a opinião de Humboldt a respeito da ideia, já apresentada em Goethe, de a tradução poder ser “tal como se o autor da obra original estivesse escrevendo na língua de chegada”. Afirma Humboldt:

[...] da mesma forma com que por certo é frequente se ouvir dizer que *o tradutor deveria escrever como o autor original teria escrito na língua do tradutor* (uma ideia que não leva em conta o fato de que, se não se fala unicamente de ciência e fatos, *nenhum escritor escreveria numa outra língua a mesma coisa e do mesmo modo*). (ibidem, p. 111; grifos meus).

Como podemos observar, Humboldt, ao contrário de Goethe, contesta tal ideia, não admitindo a possibilidade de se escrever o mesmo em outra língua, dado que em outra língua escreve-se outra coisa.

Schleiermacher (1768-1834)

O que mais chama a atenção nos primeiros parágrafos do texto de Schleiermacher é o fato de ele apresentar uma visão de língua bastante trabalhada atualmente pela sociolinguística. Ele menciona não apenas as diferenças existentes entre duas línguas nacionais, como identifica as possíveis variações linguísticas existentes dentro de uma mesma língua: variações devido à passagem do tempo (diacronia), a diferenças geográficas, a classes sociais e, até mesmo, a diferenças individuais. Variações com as quais a atividade tradutória deve lidar. Schleiermacher ainda menciona, no decorrer do texto, os diferentes gêneros de discurso com os quais o tradutor também deve lidar.

Ao deter-se mais particularmente na atividade tradutória, ele estabelece, primeiramente, uma distinção entre a interpretação, mais vinculada a transações comerciais, diplomáticas ou de outras ordens, da tradução escrita, mais vinculada aos domínios da arte e da ciência. E afirma:

Quanto menos o autor se sobressai no escrito original, [...], tanto mais a transposição se aproximará da mera interpretação. [...]. Ao contrário, quanto mais haja prevalecido na exposição o modo de ver e combinar próprio do autor, [...], tanto mais opera já o seu trabalho no domínio superior da arte, e também o tradutor deve então aplicar outras forças e habilidades para realizar o seu trabalho e estar familiarizado com seu escritor e sua língua num sentido diverso daquele do intérprete. (Heidermann, 2010: 45. Tradução de Celso R. Braidão)

Dando prosseguimento às suas reflexões, Schleiermacher volta a tocar nas questões das diferenças entre as línguas, da não equivalência entre os conceitos, bem

como da relação entre o espírito de uma língua e o manuseio singular que o autor faz da sua materialidade. Relação essa que constituiria a própria obra literária e que, de certo modo, tenderia a se perder no processo tradutório — isto é, a relação primeira entre a sua escrita e a sua língua, ou o “espírito” desta língua (ou da cultura).

Sobre as diferenças entre duas línguas, Schleiermacher escreve: “e quanto mais distantes estão uma da outra quanto à origem e o tempo, tanto mais nenhuma palavra em uma língua corresponde exatamente a uma da outra” (*ibidem*, 47).

Ao discorrer sobre diferenças conceituais ou sinonímias, ele distingue os conceitos que representam objetos (ou coisas) dos conceitos mais abstratos, os quais predominariam no campo das artes e das ciências, tornando a atividade tradutória mais complexa. Diz ele:

Bem diferente é a situação no domínio da arte e da ciência, e onde quer que predomine o pensamento, que se identifica com o discurso, e não a coisa, para a qual a palavra apenas é um signo arbitrário, embora talvez firmemente estabelecido. Então, quão infinitamente difícil torna-se aí o trabalho, que conhecimento específico e que domínio pressupõe de ambas as línguas! E quantas vezes os mais entendidos no assunto e conhecedores da língua se opõem, convencidos de que é impossível encontrar uma expressão equivalente, quando eles querem dizer apenas qual é a mais aproximada. Isto vale tanto para as expressões vivas e pitorescas das obras poéticas quanto para as mais abstratas que designam o mais intrínseco e universal das coisas da ciência mais elevada. (*ibidem*, p. 49)

Sobre a relação entre língua e autor (língua e sujeito falante), Schleiermacher apresenta uma visão que muito se assemelha à de Herder, Humboldt e, conseqüentemente, de Saussure. De acordo com ele, ao mesmo tempo em que o indivíduo falante é assujeitado pela língua, também não deixa de moldá-la. Schleiermacher afirma:

Por um lado, cada homem está sob o poder da língua que ele fala; ele e seu pensamento são um produto dela. [...] Por outro lado, porém, cada homem de livre pensar e espiritualmente espontâneo molda também a língua. Pois, como, senão por meio dessas influências, a língua teria se formado e crescido desde seu estado primitivo e rude até a formação completa na ciência e na arte? (*ibidem*)

Schleiermacher também menciona as duas estratégias tradutórias já vistas em Goethe: levar o leitor até o autor (que corresponderia ao que hoje se considera uma estratégia estrangeirizadora) ou levar o autor até o leitor (estratégia domesticadora). Ao contrário de Goethe, ele acredita que tais estratégias (ou métodos) de tradução não podem ser misturadas. Deve-se escolher uma ou outra, pois, a seu ver, “qualquer mistura produz[iria] um resultado insatisfatório” (ver p. 57).

A ideia também já citada de “se traduzir um autor como ele mesmo haveria escrito em alemão”, a qual estaria relacionada a uma estratégia de tradução domesticadora, não é contestada por Schleiermacher, que aparentemente a enxerga como possível, ao contrário de Humboldt.

O texto de Schleiermacher é bastante prolixo, mas dele ainda vale destacar uma declaração que nos remete também a Goethe, na medida em que toca na questão dos dilemas enfrentados pelo tradutor, das escolhas que deve fazer:

E quão difícil é, na vacilação acerca do que se deve sacrificar aqui ou ali, com frequência não se tome precisamente a decisão errada! Quão difícil, inclusive, é que o tradutor [...] não caia, ainda que inconscientemente, em obstinada unilateralidade por inclinar-se mais seu gosto pessoal a um elemento artístico que a outro! (*ibidem*, p. 69)

Essa citação é interessante porque toca num outro ponto muito debatido contemporaneamente nos estudos da tradução: o do “mito” da neutralidade do tradutor. Ela se refere à possibilidade de “até inconscientemente” o tradutor inclinar-se para escolhas que condigam mais com os seus gostos pessoais. É curioso se deparar com esse tipo de observação num tempo anterior ao de Freud. Essa citação também nos faz lembrar os casos descritos em Frota (2000), os quais não dizem respeito a gostos pessoais, mas a vivências pessoais do tradutor trazidas à tona no momento em que traduz uma determinada obra, vivências que no plano do inconsciente produzem significantes que encontram lugar no texto traduzido e lá são encaixados.

Para finalizar, destaco uma reflexão de Schleiermacher sobre a existência de diferentes traduções de um mesmo original:

[...] e, ainda que sempre está na base o mesmo método, poderá haver simultaneamente diferentes traduções de uma mesma obra concebidas desde pontos de vista diferentes, das quais nem sequer poderia se dizer que uma seja no conjunto superior ou menos perfeita, senão que apenas algumas partes estarão melhor realizadas em uma e outras partes na outra... (*ibidem*, p. 77)

As teorizações de Schleiermacher não se esgotam aqui, mas acredito que os pontos mencionados acima já nos dão uma suficiente amostra de sua visão acerca das línguas e da tradução para os propósitos desta dissertação.

Do conjunto das ideias expressas por esses três intelectuais românticos que viveram entre os séculos XVIII e XIX, observa-se a vigência de uma perspectiva culturalista de língua — tal como analisado no capítulo três desta dissertação —, sob a qual se assume que as línguas distinguem-se não apenas no plano material, mas no

plano dos sentidos, uma vez que manifestam o espírito e a visão particulares de suas comunidades nativas. Por essa razão, todos eles apresentam uma clara compreensão das dificuldades enfrentadas pelo tradutor, pois, enquanto mediador dessas diferenças, este se vê diante de dilemas a serem solucionados. Das resoluções desses dilemas, isto é, das escolhas do tradutor constitui-se a tradução, uma nova obra, porque diferente da original. Portanto, em todas essas reflexões há o reconhecimento da complexidade inerente à tradução.

A tradução, se pensada (por qualquer pessoa) como uma suposta reprodução de uma obra original, na realidade se mostra como uma reprodução (estrito senso) não realizável, impossível, perante as diferenças linguísticas, estilísticas, contextuais e culturais com as quais lidas. É nesse sentido, como já mencionado, que a tradução pode se mostrar como uma reprodução multifacetada, dependente não só da subjetividade de quem a realiza, mas também da cultura que a realiza — dado que a apreensão da totalidade do texto original mostra-se inalcançável.

Nesse sentido, as ideias de Goethe, Humboldt e Schleiermacher estão de pleno acordo com as previsões legais que emergiram nesse mesmo período, conforme analisado no capítulo dois desta dissertação. Por ser uma (re)escrita reconhecidamente transformadora, a tradução recebeu um tratamento especial desde a primeira versão de Berna (1886), ganhando prerrogativas semelhantes àquelas conferidas às obras originais. Vejamos novamente:

Berna, 1886

Article VI (translation protected)

Authorized translations are protected as original works. They consequently enjoy the protection stipulated in article II and III as regards their unauthorized reproduction in the countries of the Union. (Apud Solberg, [1908] 2011: 34; grifos meus)

Berna, 1908

Artigo 2

Translations, adaptations, arrangements of music and other *reproductions transformed* from a literary or artistic work, as well as compilations from different works, *are protected as original works* without the prejudice to the rights of the author of the original work. (Apud Solberg, [1908] 2011: 34; grifos meus)

Fecho este capítulo, então, sublinhando a concordância da lei com o espírito do seu tempo, o espírito da modernidade.